Eduardo Bolsonaro (PL) afirma que pode abrir mão do mandato; PT protocola pedido de cassação

Declarações ocorrem em meio à participação do deputado licenciado em taxação de Trump sobre produtos brasileiros

Nesta segunda-feira (14), mesmo dia em que o Partido dos Trabalhadores (PT) protocolou pedido de cassação do mandato de Eduardo Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado federal deu declarações à imprensa de que cogita abrir mão do cargo. O prazo da licença que ele tirou para permanecer nos Estados Unidos termina no dia 20 de julho, próximo domingo.

O parlamentar licenciado está diretamente envolvido na polêmica taxação de 50% dos produtos brasileiros vendidos aos Estados Unidos, anunciada na semana passada pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Um dos motivos usados pelo bilionário para justificar a tarifa é o processo contra Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado.

Um dia antes do anúncio, Eduardo Bolsonaro publicou um vídeo nas redes sociais em que dizia que ações iriam acontecer a qualquer momento. Na sequência da publicação de Trump sobre a medida, ele agradeceu o estadunidense por tarifar o Brasil.

Nesta segunda, o parlamentar disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que “muito provavelmente” abrirá mão do mandato. Segundo o veículo, o deputado licenciado afirmou que tem até o fim do recesso parlamentar para tomar uma decisão e chegou a citar a possibilidade de uma mudança no regimento da Câmara que permitiria a manutenção do mandato à distância.

Ele também deu declarações ao jornal *Estado de S. Paulo* de que não deve voltar ao Brasil. De acordo com a publicação, Eduardo Bolsonaro condicionou o retorno dele a decisões do STF. “A minha data para voltar é quando [o ministro do STF] Alexandre de Moraes não tiver mais força para me prender”.

O parlamentar é alvo de um inquérito por obstrução de investigação de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, aberto por Moraes em maio. A abertura foi provocada por um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que citava justamente as atividades dele nos Estados Unidos.

A influência dele na definição da tarifa de Trump é mencionada no pedido do PT, que cita as “recentes condutas do Sr. Eduardo Nantes Bolsonaro, relacionadas à recente situação instaurada entre os Estados Unidos da América e o Brasil, no que tange às tarifas comerciais impostas pelo Presidente Donald J. Trump contra o Estado brasileiro”.

Editado por: Martina Medina

fonte